**PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS: EDUCAÇÃO,
PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Autora: Juciani Severo Corrêa¹
Coautores: Alexandro F. Foletto²
Guilherme Alves de Souza³
Rafael Corrêa Veloso Sobrinho⁴
Vanuti Cremonese⁵

RESUMO: Este trabalho trata-se de um recorte do trabalho final da disciplina: Direitos Humanos Cidadania e Políticas Públicas, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UNISINOS. A proposta deste trabalho é refletir sobre o papel do estado e o lugar do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) no processo de formulação e implementação de políticas públicas para a promoção dos direitos humanos no Brasil. O trabalho apresenta uma breve discussão sobre o papel do Estado no âmbito da promoção da cidadania e dos direitos humanos e, posteriormente uma análise sobre a efetividade do PNDH-3 como política pública.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Políticas Públicas; Estado; Educação

Introdução

Os Direitos Humanos estão relacionados aos Direitos Fundamentais do homem. Segundo Maria Victória Benevides *apud* De Cicco (2011, p. 154) entende-se por Direitos Humanos que: “(...) São aqueles direitos comuns a todos os seres humanos, sem distinção de raça, sexo, classe social, religião, etnia, cidadania política ou julgamento moral”. Pensando em diversidade, percebemos que está intimamente ligada ao conceito de Direitos Humanos, sendo que um depende do

¹ Professora no curso de Filosofia da Faculdade Palotina (FAPAS) e dos cursos de licenciatura do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA); mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Email: juciani@unifra.br

² Acadêmico do curso de Filosofia da Faculdade Palotina (FAPAS) Email: alexandrofoletto1996@gmail.com

³ Acadêmico do terceiro semestre de licenciatura em Filosofia pela Faculdade Palotina (FAPAS). E-mail: guides@hotmail.com

⁴ Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Palotina (FAPAS). E-mail: rafael@farrapo.com.br

⁵ Acadêmico do curso de Filosofia da Faculdade Palotina (FAPAS) Email: vanuticremonese16@gmail.com

outro. Todo o indivíduo é diferente, possuindo seus direitos e deveres, no entanto, deve ser respeitado e valorizado na sua diversidade cultural e social.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi anunciada ao público em 26 de agosto de 1789, na França. *"Ela está intimamente relacionada com a Revolução Francesa"*. A importância desse documento nos dias de hoje é ter sido a primeira declaração de direitos e fonte de inspiração para outras que vieram posteriormente, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU). O Artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que: *"Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade"*.

A expressão direitos humanos está relacionada aos direitos e liberdades de todos os indivíduos. Segundo De Cicco (2011, p. 159), a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU assinada na Assembleia publicada em 10 de dezembro de 1948, *"(...) afirma a dignidade inerente a toda pessoa humana, titular de direitos iguais e inalienáveis."*

Nesse contexto, percebemos que as sociedades passam por diferentes momentos históricos e socioeconômicos, dentre eles, a maneira que o Estado atua em relações às suas políticas públicas. Apesar de existirem vários documentos governamentais que propiciam a interlocução entre governo e sociedade civil, o grande desafio é transformar os programas e planos de direitos humanos em políticas públicas, especialmente em efetivas políticas de Estado, que não estejam à mercê da boa vontade de governantes.

Dessa forma, a proposta deste trabalho é refletir sobre o papel do estado e o lugar do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) no processo de formulação e implementação de políticas públicas para a promoção dos direitos humanos no Brasil. Em linhas gerais o trabalho apresenta uma breve discussão sobre o papel do Estado no âmbito da promoção da cidadania e dos direitos humanos e, posteriormente uma análise sobre a efetividade do PNDH-3 como política pública.

Direitos Humanos e o papel do Estado

Os direitos humanos podem ser constituídos pelas posições subjetivas e pelas instituições jurídicas que, em cada momento histórico procuram garantir os valores da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da igualdade e da fraternidade ou da solidariedade.

Dessa forma, a cidadania está diretamente vinculada aos direitos humanos, uma longa conquista da humanidade que teve seu reconhecimento formal com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948 pela ONU. Tal declaração legitima a dignidade humana, que deve ser assegurada pelo Estado.

Evidenciando esse papel do Estado como um protetor de direitos fundamentais, visualizamos que com ele as relações sociais estão intimamente interligadas as relações econômicas. Analisar a sociedade sem levar em consideração a economia, é pecar quanto a realidade a qual neste trabalho estamos dispostos a estudar. Portanto, somente é possível visualizar o Estado como um garantidor de direitos inalienáveis uma vez que olhemos a parte econômica-política da qual a sociedade observada está inserida.

Dessa maneira, fica relevante observar que hoje a atuação do Estado nas relações sociais, está muito mais como mera instituição, ou as relações econômicas como mero fiscalizador. Contudo após uma explanação de quais são as responsabilidades estatais, evidenciaremos com que forma será mais competente a garantia desses direitos, como o caso das Liberdades Instrumentais que, Amartya Sen (2000), contribui de forma ímpar na formação do desenvolvimento humano.

Para Sen (2000), existem cinco principais liberdades instrumentais que tendem a contribuir para a liberdade e a autonomia das pessoas: (1) *Liberdades Políticas*, (2) *Facilidades Econômicas*, *Oportunidades Sociais*, (4) *Garantia de Transparência* e (5) *Segurança Protetora*.

As *Liberdades Políticas* referem-se às oportunidades que os indivíduos têm para determinar seus governantes e também participar da fiscalização, criticar as autoridades, livre expressão política.

As *Facilidades Econômicas* oportunizam aos indivíduos utilizar recursos financeiros com facilidades próprias, como “consumo, produção ou troca”. A partir do processo de desenvolvimento econômico, cresce a renda e a riqueza de um país,

fazendo com que esses fatores “nos intitamentos⁶ econômicos da população”. *Sociais* são as possibilidades que a sociedade apresenta nas áreas de educação, saúde, etc., influenciando de maneira direta na qualidade de vida dos indivíduos. Essas oportunidades são necessárias não só para a condução da vida privada, mas para participar das atividades econômicas e políticas.

As *Garantias de Transparência*, estas se referem às necessidades de sinceridade, que os indivíduos esperam: “a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza” (p.56). No entanto, essas garantias possuem um papel instrumental muito importante de impossibilitadores da corrupção, da “irresponsabilidade financeira” e “negociações ilícitas”.

Para finalizar, a *Segurança Protetora* é necessária para viabilizar uma “rede de segurança social”, evitando que a população mais carente de recursos seja reduzida à miséria e, em alguns casos, à fome e à morte. Essa segurança protetora compreende disposições institucionais como: “benefícios aos desempregados, suplementos de renda regulamentares aos indigentes, bem como medidas *ad hoc*, como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados” (p.57).

Para Sen, essas *Liberdades Instrumentais* influenciam de modo positivo nas capacidades das pessoas, mas suplementam-se mutuamente e, do mesmo modo, que podem fortalecer umas às outras. Essas interligações são importantes ao decidir sobre “as políticas de desenvolvimento”. Além disso, influenciam sobre as liberdades individuais.

A partir das liberdades individuais, na qual o ser humano é protegido não só por forças de cunho militar, mas também com características próprias da civilização ocidental, tal como a democracia, liberdade de imprensa e liberdade religiosa, entre outras, é que conseguiremos traçar as perspectivas para o desenvolvimento social.

Antes de tudo, é preciso dizer que com as devidas liberdades entre indivíduos, teremos então uma sociedade que conjuntamente com sua cultura estabelecerão formas e estruturas próprias. Além disso, a cultura será peça fundamental para que conseguiremos analisar fatos históricos e políticas fracassadas que hoje estão presentes na maioria dos países, e por que essas políticas, as vezes, “boas” não funcionam na totalidade de suas aplicações.

⁶ Entitlement usada por Sen: foi traduzido para o português “intitamento” originado do verbo latino (intitulare) termo em inglês.

Quando remetemos nossa atenção à sociedade, assim identificamos que os direitos fundamentais tais como, educação e saúde são relevante para o processo de desenvolvimento, concluímos a real necessidade de prestarmos total importância a como se dá as relações do Estado para com a providência desses direitos aos cidadãos.

A maneira como entendemos hoje a garantia dos direitos fundamentais, muitas vezes cremos que o Estado deve dar 100% dessas garantias. Entretanto, o Estado tem como papel na sociedade, de dar proteção a liberdade individual, pois é necessário respeitar os desejos individuais.

Contudo, isso exemplifica e demonstra uma alternativa muito prática na relação que o Estado pode ter na questão de prover os direitos fundamentais, uma vez que conjuntamente com o empreendedorismo privado possa dessa forma realizar e executar programas de educação e saúde.

Quando por exemplo, a saúde é posta em importância máxima, pois qualquer trabalhador irá algum dia necessitar dela, fica evidente seu papel de relevância que seja bem gerenciada e assim detenha tanto pontos positivos para quem a gere, quanto para quem a usa. Qualquer pessoa é movida por interesses, sejam eles econômicos, políticos ou sociais, porém no caso econômico, é através do lucro principalmente que os empreendedores são gratificados e dessa maneira eles obtêm “algo bom” para assim continuar a crescer e maximizar seus resultados.

A saúde é um dos direitos fundamentais mais importantes juntamente com a educação, pois eles dão as condições de igualdade para que os indivíduos possam competir igualmente. Portanto, por que não desejar que os próprios cidadãos (empresários e empreendedores) executem esses direitos fundamentais para outros cidadãos, mediados pela fiscalização do Estado?

Todavia, isso é possível no Estado Democrático, cujo Rousseau salienta no Contrato Social o grau de satisfação e perfeição dessa forma de governo, o que evidencia em suas palavras “se houvesse um povo de deuses, esse povo se governaria democraticamente”. Dessa forma, a democracia legitima a cidadania, fazendo com que em cada contexto histórico propicie o surgimento de políticas públicas, que minimizem as diferenças.

Política Pública em Direitos Humanos

Como mencionado anteriormente, os direitos humanos dizem respeito aos direitos essenciais a todos os seres humanos, sem que haja discriminação por raça, cor, gênero, nacionalidade ou outro motivo. Os direitos humanos podem ser civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, referem-se ao direito à vida e por isso não devem ser tratados apenas como programas ou planos governamentais, mas sim como um instrumento de participação da sociedade civil na delimitação do espaço público.

No que se refere à discussão a respeito dos direitos humanos, Sen (2010) ressalta que ela não deve fundamentar-se apenas em um marco legislativo de proteção a direitos, mas principalmente em uma ética social sobre o justo. Scherer-Warren (2006) propõe a transversalidade dos direitos humanos e a necessidade de articulação com a sociedade civil para a sua obtenção, uma vez que os sistemas produtores de violações de direitos humanos (racismo, sexismo, misoginia, homofobia, colonialismo, imperialismo e escravismo, entre outros) se reforçam mutuamente.

Sen (2010) defende os direitos humanos como representação de uma pauta ética universal, cristalizada na demanda de que todas as pessoas em posição de fazer algo para defender esses direitos têm uma boa razão para fazê-lo, ainda que essa exigência não constitua uma obrigação jurídica efetiva, e passível de se sobrepor a argumentos de outras ordens.

Segundo Saul (2000), durante uma fase da história do país, o desrespeito pelos direitos humanos deveu-se à intervenção estatal, de tipo autoritária, na outra, subsequente, ao aumento do papel do mercado e a diminuição do papel do Estado, estabelecendo-se desse modo uma espécie de gangorra entre Estado, mercado e sociedade civil. Dessa forma, a responsabilidade pela situação de definição e implementação de uma política integral de direitos humanos se resolve “ora pela mudança de sinal do Estado, ora pelo chamado à sociedade civil” (p.113).

Apesar de uma relativa abundância de documentos governamentais e de eventos que proporcionam interlocução entre governo e sociedade civil, o grande desafio é transformar as políticas públicas, gestadas ao longo das últimas décadas em efetivas políticas de Estado. Nesse sentido, concordamos com Sergio Adorno, pois, apesar da questão dos direitos humanos estar na agenda política nacional e

internacional, o cenário que vemos com frequência hoje é de graves violações dos direitos humanos, sobretudo aquelas que comprometem o direito fundamental, o direito à vida (ADORNO, 2010).

O presente trabalho parte do pressuposto que as políticas públicas são importantes espaços para a promoção da garantia dos direitos humanos. Toma-se como ponto de partida a perspectiva que entende a política pública como o Estado em ação, ou seja, é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade (JOBERT; MULLER, 1987). Noutra perspectiva, Peters (1986), define política pública como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

A formulação de políticas públicas deve ser compreendida como o processo por meio do qual “os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (SOUZA, 2003, p.13), possuindo impactos no curto prazo, mas tendo como horizonte temporal primordial o longo prazo. No entanto, um dos maiores entraves à compreensão dos impactos das políticas públicas sobre a vida das pessoas está na dificuldade de elaboração e/ou acesso a indicadores de sua efetividade, ou seja, em que medida os objetivos e metas que orientaram sua formulação têm sido alcançados (SOUZA, 2006).

Debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas. Nesse processo, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas (SOUZA, 2006). Reconhece-se que outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como os grupos de interesse e os movimentos sociais, cada qual com maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada. E esse processo não diminui a capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e de governar (SOUZA, 2006).

Desde meados de 1985, iniciou-se no Brasil um processo de transição lenta e gradual ao regime democrático, que favoreceu o fortalecimento da sociedade civil mediante formas de organização, mobilização e articulação que produziram

importantes conquistas sociais e políticas. Nesse momento histórico, surgem novos atores sociais que reforçaram o processo de democratização por meio de suas demandas e movimentos sociais com suas reivindicações. Esse processo culminou com a promulgação da Constituição Brasileira de outubro de 1988 (PIOVESAN, 2009; 2010). A Constituição de 1988 legitimou a democracia participativa, mediante a instituição de mecanismos de participação direta do povo no controle social das políticas públicas, o qual pode participar em todo o processo de sua construção.

O esforço do governo federal em promover e articular políticas públicas de direitos humanos iniciou durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), através do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Inicialmente, o órgão do governo encarregado pela implementação do programa foi a Secretaria de Cidadania do Ministério da Justiça. Essa competência foi transferida para a Secretaria de Direitos Humanos, criada para fortalecer a implementação do programa. Embora vinculada ao Ministério da Justiça, essa secretaria teve, em sua primeira fase de atuação, um *status* político diferenciado, até ser transformada em Secretaria de Estado. A estratégia durante os dois mandatos do presidente FHC (1995-2002) foi promover ações gerais do PNDH, a partir dessa Secretaria (ALMEIDA, 2011).

No primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006), a Secretaria de Estado de Direitos Humanos foi mantida com a perspectiva de articular o tema dos direitos humanos dentro das outras agências estatais. Foram criadas duas outras secretarias específicas com o mesmo *status*. Uma com foco nos direitos das mulheres e outra voltada para a questão racial. Segundo Almeida (2011), tal mudança, à primeira vista, oferece vantagens e riscos para a consolidação do tema dos direitos humanos no Brasil, especialmente na incorporação desses direitos como uma variável analítica para a formulação de políticas públicas. Uma possível vantagem seria o próprio reconhecimento da importância dessa temática, a partir da definição de três agências no primeiro escalão governamental. Ao mesmo tempo, observa-se claramente o risco de dispersão da temática na arena pública, como um tema aglutinador de políticas, além de uma possível perda simbólica que vinha se consolidando.

Utilizando-se das considerações de Baptista (2002) tentaremos definir os termos, plano e programa. Segundo o autor um plano “delineia decisões de caráter geral do sistema, suas grandes linhas políticas, suas estratégias, suas diretrizes e

precisa responsabilidades” (p. 99); já um programa “é, basicamente um desdobramento do plano: os objetivos setoriais do plano irão constituir os objetivos gerais do programa” (p. 100). Tal distinção não parece aplicável quando se pensa na estrutura do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 ou, por exemplo, no último Plano Nacional de Saúde (PNS: 2012-2015).

Observamos, então, que a falta de efetividade dos planos e programas deve-se, em grande parte, ao caráter meramente programático dos dispositivos que os compõem, sem explicitar os meios para alcançar os fins estabelecidos nas normas programáticas. Nesse sentido, Barroso (2001) afirma que:

Assim, onde se lhe assegura um direito, saber-se-á que se encontra ele investido no poder jurídico de exigir prontamente uma prestação, via Poder Judiciário, sempre que o sujeito passivo deixar de satisfazê-la. Onde se cuidar de um simples programa de ação futura, não será utilizada, por via direta ou indireta, a palavra direito (p. 114-115).

Nesse sentido, os planos e programas propostos pelo Poder Executivo, nas esferas federal, estadual e municipal, destinados à promoção da cidadania da população e à garantia dos direitos humanos, devem ser definidos como dispositivos de princípio programático, uma norma que não pode ser traduzida em direitos, mas apenas em expectativa de direitos, pois explicita fins, sem indicação de meios para alcançá-los. Portanto, a palavra “direito” deve ser (ideal seria não usá-la) utilizada com cautela na definição de seu conteúdo, já que apenas preveem ações futuras ou traçam diretrizes, objetivos e teses norteadoras da ação do poder público.

No que se refere ao PNDH-3, o ponto de partida são as Resoluções aprovadas na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos (CNDH), realizada em dezembro de 2008, em Brasília, e as propostas aprovadas nas diversas conferências temáticas nacionais que ocorreram desde 2003. O PNDH-3 é composto por seis eixos orientadores, assim nomeados: 1) Interação democrática entre Estado e sociedade civil; 2) Desenvolvimento e direitos humanos; 3) Universalizar direitos em um contexto de desigualdades; 4) Segurança pública, acesso à justiça e combate à violência; 5) Educação e cultura em direitos humanos; 6) Direito à memória e à verdade. Tais eixos orientadores subdividem-se em 25 diretrizes e 82 objetivos estratégicos, os quais se desdobram em 521 ações programáticas onde em cada uma delas são nomeados os responsáveis e parceiros.

A definição de responsabilidades compartilhadas e de parcerias é basicamente uma estratégia para que os órgãos do Governo Federal se articulem na execução conjunta de ações, de maneira intersetorial e transversal. No entanto, nem sempre isso é uma tarefa fácil, como exemplo, podemos citar o direito à saúde, em que cabe ao Ministério da Saúde a execução de muitas ações, além do protagonismo na mediação das relações entre órgãos de diferentes esferas e níveis de governo. Outro entrave, diz respeito ao fato de que o PNDH-3 delega muita “confiança de atuação” aos agentes da administração pública, do Poder Executivo, enquanto executores das ações previstas por tais dispositivos, o que nem sempre se traduz em efetividade.

Além disso, as ações programáticas gravitam em torno de um universo léxico: apoiar, fomentar, criar mecanismos, aperfeiçoar, estimular, assegurar e garantir, articular e integrar, propor, elaborar, definir, ampliar, expandir, avançar, incentivar, fortalecer, erradicar, promover, adotar (medidas), desenvolver, produzir (informações, pesquisas), instituir (código de conduta), incluir, implementar. Para o autor a linguagem do PNDH-3 é mais direta do que os PNDH-1-2 em que a linguagem era mais contida, além disso, o atual programa conserva as ações programáticas das edições anteriores com maior detalhamento (ADORNO, 2010).

Segundo Piovesan, PNDH-3 “(...) constitui um extraordinário avanço vocacionado à implementação dos Direitos Humanos, concretizando o Estado Brasileiro suas obrigações jurídicas neste campo” (2010, p. 16). No entanto, no que se refere a sua efetividade é mais um programa de governo e, enquanto ato normativo secundário, não tem alcance de fazer cumprir, de imediato ou mesmo a longo prazo, as ações propostas, especialmente quando são da competência de outros poderes da República. Mesmo quando as ações são da esfera estrita do Poder Executivo, sua implementação também depende de uma série de fatores, imersos em complexas disputas de poder, como a definição de previsão orçamentária, a articulação entre os diversos órgãos e níveis de governo responsáveis.

Conforme destaca Adorno (2010), houve mais continuidade entre as três edições do Programa Nacional de Direitos Humanos do que rupturas. Entretanto, o autor destaca um aspecto importante no PNDH-3, a exigência de monitoramento do

programa, que deve ser feito periodicamente a fim de confrontar o ideal e o real, o que se propôs e o que se fez, avanços e recuos.

Desse modo, a fim de que planos e programas se tornem instrumentos efetivos de promoção de cidadania e direitos humanos, é fundamental que se viabilize maior interlocução entre formuladores e executores de ações. Sem isso, corre-se o risco de uma enorme distância entre o que se propõe executar e o que de fato é executado. O diálogo entre gestores dos níveis federal, estaduais e municipais talvez seja o principal desafio a ser alcançado, já que, muitas vezes, disputas partidárias, ideológicas ou simplesmente de prestígio dificultam a execução de um trabalho coordenado, envolvendo distintos atores sociais.

Considerações finais

Ao analisar o papel do Estado e a liberdade de um indivíduo, obrigamo-nos a observar sua cultura, suas relações sociais e políticas. Portanto, a maior liberdade individual é oportunidade e possibilidade de crescimento social. Sendo assim, a busca do desenvolvimento através da garantia de direitos fundamentais é necessária para a construção de uma sociedade mais próspera e livre. Além do mais, o caminho para o desenvolvimento requer a participação de todos, mas sim da relação entre Estado e sociedade civil.

Em linhas gerais, podemos pensar que, numa perspectiva otimista, as ações e programas voltados à promoção da cidadania e dos direitos humanos da população brasileira, implementados pelo Governo Federal encontram legitimidade no PNDH-3. Este por sua vez, é o instrumento legal máximo que orienta a garantia dos direitos humanos de todas as pessoas, brasileiras ou não, que vivem no Brasil. Assim, o PNDH-3 constitui um grande avanço na implementação dos direitos humanos, concretizando o papel do Estado brasileiro nesse campo. Entretanto, as ações nele propostas possuem efetividade limitada tendo em vista seu caráter programático.

Referências

ALMEIDA, Wellington Lourenço de. A estratégia de políticas públicas em direitos humanos no Brasil no primeiro mandato Lula. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 230-238, jul./dez. 2011.

ADORNO, S. História e Desventura: O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. *Novos Estudos*, n. 86, p. 05-20, mar., 2010.

BAPTISTA, M. V. *Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação*. São Paulo: Veras Editora, 2002.

BARROSO, L. R. *O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília, 2009.

BONAVIDES, P. *Ciência política*. São Paulo: Malheiros, 2004.

DE CICCIO, Cláudio. *Teoria geral do Estado e ciência política*. 3. ed. Rev. e atual. São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2011.

JOBERT, B.; MULLER, P. *L'état en action*. Paris: PUF, 1987.

PIOVESAN, Flávia. A constitucionalidade do PNDH-3. *Revista Direitos Humanos – Especial PNDH-3*, Brasília, SDH, n. 5, p. 12-16, maio. 2010.

PIOVESAN, F. *Temas de direitos humanos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva. 2009.

SAUL, Renato. A nova economia e o déficit institucional dos direitos humanos.

Revista Crítica de Ciências Sociais, n.57/58, jun./nov., 2000.

SEN, A. Elementos de uma teoria de direitos humanos. In: DINIZ, D.; SANTOS, W. *Deficiência e discriminação*. Brasília, DF: Letras Livres. 2010. p. 19-63

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Soc. Estado*, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, 2006, p. 20-45.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, v. 16, n. 39, p. 11-24, 2003.

PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986. In: SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, Jul./Dez., p. 20-45, 2006.